

Governo quer ampliar Auxílio Gás com dribles no Orçamento

Programas sociais Drible fiscal

Projeto prevê turbinar Auxílio Gás com recursos fora do Orçamento

— Governo cria engenharia financeira para que programa seja operado pela Caixa sem impacto no teto de gastos; pico de desembolsos vai acontecer em ano eleitoral

BIANCA LIMA
BRASÍLIA

A engenharia financeira criada pelo governo para financiar o novo Auxílio Gás turbinado foi recebida com preocupação por especialistas em contas públicas. A avaliação é de que se trata de um potencial drible do governo para a realização de gastos fora do Orçamento público – e, portanto, fora do limite de despesas do arcabouço fiscal.

O projeto de lei é assinado pelos ministros Alexandre Sil-

veira (Minas e Energia) e Fernando Haddad (Fazenda) e aguarda análise do Congresso. O texto prevê que o programa – rebatizado de Gás para Todos – será operado pela Caixa Econômica Federal, que poderá receber dinheiro diretamente de empresas de petróleo. Em vez de depositarem a contribuição obrigatória ao Fundo Social do Pré-Sal, essas empresas repassariam o dinheiro ao banco estatal, descontando o valor da contribuição que fariam ao fundo (mais informações na pág. B2).

“Parece uma repetição de governos anteriores, que bus-

caram métodos criativos de gastar sem que a despesa aparecesse na peça orçamentária”, afirma o pesquisador do Insper Marcos Mendes. “Da-

Meta oficial

Objetivo do governo é quadruplicar o valor do programa até 2026, ano de eleição presidencial

do que temos uma regra de limite de despesa, esse procedimento dribla a regra. Despesa pública tem de estar no Orça-

mento, não pode ser feita em paralelo.” Mendes também destaca que a medida representa uma renúncia de receita e, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), precisaria ser compensada. “Só que nada foi apresentado.”

O objetivo do governo é quadruplicar o valor do programa até 2026, ano de eleição presidencial. Com isso, o desembolso saltaria dos atuais R\$ 3,4 bilhões para cerca de R\$ 5 bilhões, em 2025, e alcançaria R\$ 13,6 bilhões em 2026, de acordo com as projeções do Ministério de Minas e Energia. Já o

público-alvo seria expandido de 5,6 milhões para 20,8 milhões de famílias.

Em nota, a Fazenda afirmou que a proposta “não possui impacto fiscal” e que a possibilidade de repasse das petroleiras à Caixa é uma “previsão genérica que demandará atos infralégais posteriores”.

A pasta informou ainda que não está prevista, neste momento, a utilização de todas as modalidades de financiamento do programa e que, caso a transferência das empresas de petróleo ao banco estatal venha a ocorrer, isso será refletido no Orçamento. Procurado, o Ministério de Minas e Energia não se pronunciou.

Como mostrou o **Estadão**, recentes movimentos do governo e do Congresso mostram que o arcabouço fiscal repete dribles feitos durante a vigência do antigo teto de gastos, mas de forma mais rápida – colocando em risco a credibilidade da regra para controle das contas públicas. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1